

Diário Oficial

Estado de Pernambuco

Ano XCIX • Nº 152

Poder Executivo

Recife, 10 de agosto de 2022

CONSELHO ESTADUAL DE DEFESA DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - CEDCA/PE

ATA DA 393ª ASSEMBLEIA ORDINÁRIA

Ao décimo primeiro dia do mês de julho de dois mil e vinte e dois, às 14h, foi realizada a trecentésima nonagesima terceira Assembleia Ordinária do Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente - CEDCA/PE. Registra-se a presença dos seguintes conselheiros/as: Roberto Francisco, titular do Gabinete do Governador; Macdouglas de Oliveira e Maria José Galvão Carvalhant Gueiros de Oliveira (Zed), titular e suplente da Secretaria de Desenvolvimento Social, Criança e Juventude – SDSJC; Ana Lúiza Costa Cavalcanti, suplente da Secretaria Estadual de Saúde – SES; Thiago Reis, titular da Secretaria Estadual de Educação - SEE; Alírio Miranda, suplente da Secretaria de Planejamento e Gestão de Pernambuco – SEPLAG; Amálio Sampayo, titular da Fundação Gonzaga; Leandro de Moura Souza e Elizangela Maria da Silva Lutz, titular e suplente do Giral Desenvolvimento Humano e local; Alice Maria Braga, titular e suplente da Assessoria de Fazenda e Amigos dos Encarcerados – APAE; Ana Paula Cardoso de Oliveira da Fundação F4 e Alegria; Kátia Pintor e Juliana Accioly, titular e suplente do Centro Dom Helder Câmara de Estudos e Ação Social – CENDHEC; Hemí Monique Vilas Bôas, titular do Centro de Integração Empresa Escola de Pernambuco – CIEE/PE. Registra-se também a presença de Francisco de Assis Alves da Associação Palmarens, Rafael Vasconcelos do Gabinete de Assessoria Jurídica de Organizações Populares – Gajop; os componentes da equipe técnica do CEDCA/PE: Rosa Barros, Ana Leão, Ana Elizabeth Harle de Castro, Kaline Gabrielli da Silva, Gisele Souza, Inês do Carmo Matos, Marília Alves, Andreia Davielle, Ana Paula Tarcísio, Regiane Santos, Moisés Vicente e Eliane Pereira. O presidente do CEDCA, Amálio Sampayo, iniciou a assembleia após verificar o quórum. Em seguida, apresentou a pauta, que foi aprovada pelo colegiado. Na sequência, submeteu para aprovação a ata da Assembleia Ordinária 392 e da Assembleia Extraordinária 164. As atas foram aprovadas sem restrições. Em seguida, atendendo à solicitação do Fórum DCA/PE foi lida, pelo Sr. Reginaldo Silva, a Carta Aberta do Fórum DCA/PE de apoio ao presidente do CEDCA/PE e considerações sobre Infraestrutura da sede do CEDCA/PE. Concluída a leitura do documento, foi solicitado que a carta fosse lida para o presidente, Paulo Câmara. Posteriormente o advogado, Brasil Vasconcelos, Substituto de Assessoria Jurídica às Organizações Populares – Gajop apresentou e entregou o relatório das visitas realizada pela Missão Mundial de Combate à Tortura nos Centros de Atenção Socioeducativos (CASEs) de Garanhuns e Vitoria de Santo Antônio, apontando inadequações infraestruturais e críticas ao atendimento dispensado aos adolescentes, considerando a garantia e proteção de direitos, concluindo pelo pedido de fechamento das unidades. Após a exposição do Sr. Rafael Vasconcelos, o presidente registrou a presença da presidente do CMDCA de Garanhuns, a Srª Sandra Mendes, que informou que a sua unidade não possui estrutura para atender adolescentes, não colabora para ressocialização dos adolescentes. Perguntou se havia algum plano de retirada dos adolescentes, caso a referida unidade seja fechada. Em seguida, a conselheira Alice Brayer expressou que possivelmente haveria outras unidades na mesma situação. Dando seguimento a discussão, a Srª Verônica Silva, presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Caruaru, questionou sobre a previsão de reformas das unidades, considerando que, atualmente, o número de adolescentes nas unidades não é alto. Nesse sentido, também ressaltou a importância de informar o valor que o Estado gasta com cada unidade em conflito com a Lei. A presidente respondeu que é fundamental que se saiba sobre quantas pessoas estão sendo contratadas e qualificadas e que estes questionamentos deveriam ser encaminhados para a mesa de deliberações, visto que, se tratando do socioeducativo, são adolescentes que cometem atos infracionais, no entanto, seus direitos não devem ser violados. Logo em seguida, a conselheira Kátia Pintor informou que esteve presente no pleno extraordinário, no qual foi apresentado, pelo Gajop, o relatório da Missão Mundial de Combate à Tortura. Dessa forma, ressaltou a importância dos questionamentos apresentados, visto que se tratava de uma questão de política pública. Salientou, ainda, que o processo em questão é de natureza individual, não possuindo estrutura no contexto intermunicipal e assim, solicitou que a conselheira Zed se posicionasse. De pronto, a conselheira Zed disse que concordava com Srª Verônica e manifestou indignação com o que foi relatado pelo Gajop, considerando que não condiz com o que se espera da Funase. Sendo assim, solicitou que o CEDCA/PE envasasse um ofício para a Funase, solicitando esclarecimentos sobre o que foi relatado, uma vez que é o órgão responsável pela organização das unidades no Estado. Na sequência, o presidente Amálio Sampayo ressaltou que como deliberadores da política não teriam como estabelecer prazo de alguns meses e evidenciou que matteria o encaminhamento do fato ao Ministério Público do Estado de Pernambuco - MPPE de Pácas em Vitoria de Santo Antônio, devido que a questão da descontinuidade das funções e prazo para fechamento fossem estabelecidos pelo Ministério Público de Pernambuco - MPPE. Em seguida, o presidente fez a explanação sobre como foi realizado o processo do fechamento da unidade de Abreu e Lima. Isso posto, a conselheira Zed relatou que no caso do fechamento da unidade de Abreu e Lima a conjuntura era outra. Logo em seguida foram submetidas para votação duas propostas: propõe alteração de metas, apresentando todo o trâmite referente ao motivo (propondo um planejamento com metas e cronograma de entrega). E a outra proposta para plano para recuperação das duas unidades. Após discussão, foi solicitado pedido de vistas desse ponto de pauta pela conselheira Catariná. Dando seguimento, a Câmara Temática de Medidas Protetivas e Socioeducativa apresentou informações sobre a morte por choque elétrico do adolescente na unidade de Garanhuns. Foi recomendado o envio do relatório da OMCT, nota de recomendação sobre a morte do adolescente e ofício ao MPPE solicitando informações a respeito do recebimento do inquérito e denúncia. Também foi deliberado o envio de ofício ao delegado responsável pelo caso, solicitando informações a respeito da conclusão do inquérito. Em seguida foram sugeridos e aprovados os dias 21 e 22 de setembro de 2022 para a realização do PIEDCA 2022. Sobre o tema de polêmica referente ao Termo de Cooperação – SIMASE foi proposto que o setor jurídico do CEDCA responderia a solicitação a partir do encarcamento do decreto 9.371 de 11 de maio de 2018. Outro ponto foi sobre o registro das unidades da Funase tratado no Ofício 02289.000.054/2020 – 0013/ MPPE, o qual solicitava informações sobre inscrição da unidade da Funase – Case Arcorverde no CEDCA/PE. Foi deliberado responder o ofício do MPPE a

Diário Oficial



Estado de Pernambuco

Ano XCIX • Nº 152

Poder Executivo

Recife, 10 de agosto de 2022

respeito do processo que foi iniciado, informando que será retomado a partir de agosto de 2022. Também foi deliberado envio para e-mail dos conselheiros de planilha com calendário para organizem datas para realização das visitas às unidades da Funase. Em seguida foram tratados os pontos de pauta da Câmara Temática de Apoio aos Conselhos Municipais sobre a necessidade de implementar o sistema de licitação de júris e promotores junto a atuação do Conselho Tutelar. Foi solicitado pedido de vistas desse ponto pelo presidente Arnaldo Sampaio. Logo após a respeito do comunicado de desligamento da conselheira tutelar de Fernando de Noronha, foi dada a seguinte deliberação: deflagrar processo de escolha para preencher vacância. Nesse momento foi formada a comissão para esse fim, composta pelos(as) conselheiros(as): Hemi Vilas Boas, Alice Brainer, Macdougals de Oliveira e Antônio Cardoso. Dando seguimento, a conselheira Kátia Pintor: solicitou o envio dos contatos dos conselheiros do DEFEN para seu e-mail, bem como o documento de sistematização. A respeito da sistematização do histórico referente ao CTE de DEFEN foi deliberado que fosse encaminhado para a Presidência do Estado a situação do não pagamento do complemento do salário mínimo. Na sequência, a Câmara Temática de Comunicação e Articulação apresentou solicitação de data para realizar o Prêmio Márzia Dangremont, sendo sugerido o dia 02 de dezembro de 2022. A comissão será integrada pelos componentes da Câmara. No que se refere a 12ª Edição do Concurso Arte Livre, a comissão será composta pelos componentes da Câmara e foram apresentadas as seguintes datas: 27/07 a 26/08 – Inscrições; 29/08 – Instalação do grupo de avaliadores; 30/08 a 06/10 – Período de realização das Divulgações e realização do/11 – Cerimônia de premiação. Embara celebra-se 100 anos – Aniversário do ECA foram realizadas as seguintes propostas e encaminhamentos: produção de vídeos lúdicos para divulgação com a rede de educação; oficinas virtuais ou presenciais para crianças e adolescentes para o próximo ano; mobilização das escolas para produção de vídeos e demais produtos para serem trabalhados no dia 13/07. Em seguida sobre a solicitação do CIEE para o programa de aprendizagem foi deliberado que seja iniciado o processo de cadastramento. A instituição deve preencher os instrumentais de cadastro do serviço. Em relação ao serviço de acomodamento e cofinanciamento estadual apresentado pelo Dr. Adilson da Costa Palmeira, foi deliberado encaminhar ofício ao governador, em até 48h, solicitando esclarecimentos (a minuta do ofício será enviada pelo presidente e equipe técnica), com cópia para SDS/CI, CAOP, Prefeitura de Palmares e Dr. Guilherme Lapenda. Também foi deliberado enviar, anexo, o ofício da Ação Social Paróquia Palmares. Dando seguimento ficou deliberado que as relatórias sobre feminicídio ficará sobre a responsabilidade da conselheira Inávia Cavendish, sobre a campanha de combate e exploração de trabalho infantil será de responsabilidade da conselheira Catarina, a discussão sobre o tema autismo e ausência de políticas públicas será realizada pela conselheira Alice Brainer. Logo em seguida, o presidente agradeceu pela presença e participação de todos, dando por encerrada a assembleia. Arnaldo Sampaio-Presidente do CEDCA/PE

Diário Oficial



Estado de Pernambuco

Ano XCIX • Nº 152

Poder Executivo

Recife, 10 de agosto de 2022



PROTOCOLO DE ASSINATURAS

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma SDOE. Para visualizar o documento original clique no link:

<https://diariooficial.cepe.com.br/diariooficialweb/#/check-autenticidade?codigo=BWNCRLTQL6-5XKAIXKV40-P2TH9ZW2VI>.

Código de verificação:
BWNCRLTQL6-5XKAIXKV40-P2TH9ZW2VI

